

O PAPEL DOS BIBLIOTECÁRIOS NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E INCLUSÃO DIGITAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Hilda Carolina Feijó¹
Elisa Cristina Delfini Corrêa²

Resumo: Revisão de literatura que tem como **objetivo:** discutir o papel dos bibliotecários na coordenação de programas de Competências em Informação (CoInfo) em bibliotecas universitárias (BU), com foco no desenvolvimento de habilidades digitais para a inclusão digital da comunidade acadêmica. Além disso, reflete acerca da possibilidade de parcerias institucionais para a elaboração e aplicação desses programas e aponta a necessidade do desenvolvimento da competência digital dos bibliotecários e estabelecimento de uma cultura digital entre eles. **Metodologia:** pesquisa bibliográfica realizada no buscador Google Acadêmico e nas bases de dados: Repositório de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (BENANCIB), base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e em Portais de Bibliotecas Universitárias, bem como a Library Genesis para a pesquisa em livros, com recorte cronológico entre os anos de 2005 a 2019. **Conclusões:** conclui que a inclusão digital é uma demanda existente nas universidades à qual os bibliotecários devem estar atentos e que os programas de CoInfo elaborados em parceria são um instrumento valioso para atingir bons resultados.

Palavras-chave: CoInfo. Bibliotecários e programas de CoInfo. Habilidades e inclusão digitais em bibliotecas universitárias.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade digital em que vivemos apresenta constantes mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas como resultado de avanços tecnológicos. Isso exige que muitas pessoas adquiram e desenvolvam conhecimento, habilidade e aptidão digitais a fim de que consigam realizar suas tarefas cotidianas.

Como em todas as áreas da vida cotidiana, o ambiente universitário, também, exige necessárias adaptações para o uso de aparatos eletrônicos para busca, acesso e uso de informações digitais, seja para fins de trabalho ou de estudos.

São visíveis os resultados dos esforços e investimentos das universidades para adaptar e migrar muitas de suas atividades para o contexto digital, sendo que o uso de ferramentas e aplicativos de base

¹ Mestra em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - Florianópolis, SC - Brasil. Bibliotecária na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: hilda.feijo@gmail.com

² Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC - Brasil. Professora voluntária da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - Florianópolis, SC - Brasil.
E-mail: elisacorreia61@gmail.com



digital está presente em praticamente todos os setores nos dias de hoje. Assim é que, seja para realizar atividades administrativas ou voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, toda a comunidade acadêmica, em um ou outro momento, fará uso de dispositivos conectados em rede.

Apesar do alcance cada vez maior da Internet e da popularização do uso de dispositivos eletrônicos, parte da comunidade acadêmica ainda enfrenta dificuldades para o acesso e utilização de equipamentos de informática o que acarreta um tipo de exclusão prejudicial para o sucesso de seu trabalho ou estudos: a exclusão digital.

Diante desse contexto, evidencia-se o papel dos bibliotecários atuantes nas Bibliotecas Universitárias (BU), como facilitadores para o desenvolvimento de habilidades digitais que permitam à comunidade acadêmica maior autonomia diante dos desafios impostos pela sociedade contemporânea fortemente pautada no uso de tecnologias.

O presente artigo tem a finalidade de discutir teoricamente essa atuação sob duas perspectivas distintas, porém, interligadas: em primeiro lugar, refletir sobre a responsabilidade do bibliotecário atuante em BU em buscar o desenvolvimento de sua própria competência digital de forma mais aprofundada, pois ele trabalha tanto na criação quanto na prestação de serviços com base tecnológica e, além disso, pode e deve exercer funções pedagógicas para uso da informação nesse ambiente. Em segundo lugar, discutir a importância desse profissional em auxiliar a comunidade acadêmica no desenvolvimento de habilidades para o uso de informação digital como parte de sua competência em informação, para que seja bem sucedida em seus estudos ou atuação profissional.

2 INCLUSÃO DIGITAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Segundo Carvalho e Américo (2014, p.80) “a exclusão digital ocorre ao se privar o indivíduo do uso da tecnologia, da informação, do conhecimento e de todo o potencial que a rede oferece”. (CARVALHO, AMÉRICO, 2014, p. 80).

A inclusão digital é uma questão de cidadania e ética para todos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) frisa isso ao afirmar que

Quando todas as pessoas tiverem acesso às tecnologias da informação e da comunicação independente de sua raça, nacionalidade, sexo, localização, profissão e condição social, estas tecnologias poderão ser instrumentos de realização de um desenvolvimento verdadeiramente centrado no ser humano. (UNITED NATIONS

EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1996, p. 13, tradução nossa).

Goulart (2007, p. 118) conceitua inclusão digital como sendo “o acesso à informação. Tal acesso ocorre por meio de redes digitais da Internet em que a informação passa a ser de domínio público e disponível a todos”. Para Silva *et al.*, (2005, p. 32) “a inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido”.

A inclusão poderá ajudar com que as pessoas consigam tornar-se competentes digitais, seja por meio de ações que as levem a isso ou da prática cotidiana. Mesmo no ambiente universitário percebe-se a necessidade da promoção de atividades que visem à inclusão digital, pois nem todas as pessoas que estudam ou trabalham em uma universidade tiveram a oportunidade ou o desejo de desenvolver habilidades para o uso de tecnologias na busca e uso da informação.

Em boa medida, isso acontece como resultado de desigualdades sociais e econômicas que dificultam o acesso às tecnologias de comunicação e informação durante o período escolar. Esse fato tem sido evidenciado especialmente com a suspensão de aulas presenciais em muitas escolas brasileiras durante o isolamento social imposto pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) em 2020.

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), por meio do seu Comitê Gestor da Internet (CGI), no Brasil, realizou um estudo sobre o uso do computador durante a pandemia e verificou um aumento de atividades e pesquisas escolares, contudo, observa que “essas atividades, no entanto, ainda são oportunidades aproveitadas em maior proporção pelos usuários com maior escolaridade e das classes AB” (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2020, p. 6).

Como exemplo, dados divulgados, em matéria do jornal NSC total³ no dia 12 de junho de 2020 sobre a cidade de Blumenau (Santa Catarina), mostram que

ao todo, 4.275 estudantes da rede estadual de ensino de Blumenau não têm internet em casa, conforme informado pelas famílias no momento da matrícula. Um percentual de 19%, já que, ainda de acordo com os números da Secretaria de Estado da Educação (SED), há 22,5 mil alunos em escolas da cidade.

³ <https://www.nsctotal.com.br/noticias/aulas-pela-internet-expoem-exclusao-digital-de-alunos-da-rede-publica-de-blumenau>

Considerando que uma parcela dos alunos aprovados nos processos seletivos das universidades origina-se de escolas públicas, é possível inferir que as dificuldades para o acesso e uso da informação digital também possam reverberar no ensino superior.

Para o CETIC ainda existem

profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira também se reproduzem no ambiente *on-line*, com menor proporção de uso da Internet em áreas rurais, entre indivíduos com menor renda e escolaridade, bem como entre os mais velhos. Além disso, há também desigualdades no acesso à Internet de qualidade nos domicílios e nos dispositivos utilizados para acesso à rede – para a maioria dos brasileiros, o único dispositivo conectado é o telefone celular (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2020, p. 8).

Além de estudantes, entram nesse grupo de excluídos as pessoas desfavorecidas economicamente e de idade mais avançada, o que pode ser a realidade de muitos servidores e prestadores de serviços terceirizados nas universidades públicas.

Na atualidade, o tripé da universidade é relacionado ao ensino-pesquisa-extensão, princípio básico para o seu funcionamento, os quais são indissociáveis, já que são vistos como “um processo pedagógico, **em que alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender**, levando à democratização e à socialização do saber acadêmico [...]”. (JEZINE, 2006, p. 192, grifo nosso).

As ações de ensino, pesquisa e extensão são ofertadas, também, com o apoio e por meio de suas bibliotecas universitárias, consideradas como o ‘coração das instituições de ensino’ elas têm o papel importante para a comunidade as quais estão inseridas. Souto afirma que elas assumem o papel de cooperação (2016, p. 2) “[...] para o ensino, a pesquisa e a extensão, assumindo, assim, seu papel social que é o de promover a infraestrutura documental e a disseminação da informação em prol do desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura.”

Para Cunha (2010) a missão das BU em relação aos seus produtos, serviços e procedimentos mudou ao longo das décadas, mas

o seu propósito fundamental permaneceu o mesmo, isto é: **proporcionar acesso ao conhecimento**. Esse acesso ao conhecimento é que permitirá que o estudante, o professor e o pesquisador possam realizar suas aprendizagens ao longo da vida. (CUNHA, 2010, p. 6, grifo nosso).

Neste contexto, engloba-se a necessidade de permitir ao interagente desenvolver sua autonomia na busca pelo seu conhecimento. Nico (2008, p. 198) enfatiza que

A aprendizagem não tem fronteiras físicas, sociais, culturais ou institucionais. Na realidade, os conhecimentos que acumulamos, as capacidades e competências que edificamos ou as atitudes que desenvolvemos são o resultado dos episódios de aprendizagem que, ao longo de toda a nossa vida e em todas as suas dimensões, vamos concretizando.

A BU deve, portanto, colocar à disposição serviços que auxiliem a todas as pessoas da comunidade universitária, independente da sua classe social ou necessidade informacional. Assim sendo, “é preciso levar a informação à sociedade e ensiná-la a usar a informação, tanto no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico como para o seu desenvolvimento social e humano propriamente dito”. (TARAPANOFF, SUAIDEN, OLIVEIRA, 2002, p. 2).

Dessa forma, a BU se torna um canal por meio do qual sua comunidade pode desenvolver habilidades para o uso de informação digital com vistas ao sucesso de seus estudos ou atuação profissional, como parte de sua competência em informação.

As bibliotecas, dentre elas a BU, são consideradas por Dudziak (2005, p. 10) como

[...] o pivô dos processos de aprendizado. Como sistema, volta-se para a comunidade educacional, ao mesmo tempo em que busca sempre a marca da inovação, almejando incorporar o dinamismo da informação. Aglutinando pessoas, fontes de informação, recursos multimídia e oferecendo um ambiente de discussão de idéias e planejamento de projetos, a biblioteca se transforma em centro cultural. Anda de "mãos dadas" com a Competência em Informação.

O bibliotecário é apontado como sendo o profissional qualificado para desenvolver a competência em informação, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO os Profissionais da informação:

são aqueles que: disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. **Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento;** desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; **desenvolvem ações educativas.** (BRASIL 2014, p.1, grifo nosso).

O movimento informacional na era digital é extremamente dinâmico, assim, seu papel e missão tornaram-se mais complexos na sociedade contemporânea, já que

Na atualidade, **a competência em informação requerida ao bibliotecário pode incluir diversas atividades: disseminação da informação, a elaboração de projetos, a criação de novos produtos informacionais e a adaptação dos recursos já disponíveis na biblioteca, incluindo o uso das redes sociais,** com a

finalidade de atender melhor as demandas informacionais dos cidadãos e ser um elemento de aproximação da instituição à nova geração de usuários, bem como criar um espaço para realizar o marketing institucional, a difusão dos acervos e eventos culturais. (SANTOS, BARREIRA, 2019, p. 50, grifo nosso)

Assim, a competência em informação se trata, na verdade, de uma importante faceta de sua missão profissional, pois

É importante que o bibliotecário reflita sobre os desafios apresentados à frente: a necessidade de construir uma sociedade inclusiva, que priorize a justiça, a equidade e o acesso democrático à ciência e à tecnologia, com responsabilidade social e ambiental. Para tanto, é necessário preparar as pessoas para que sejam autônomas. (DUDZIAK, 2007, p. 97).

Diante deste contexto e, tendo em vista que na sociedade digital em que vivemos boa parte da informação circula nesse meio, entende-se que o bibliotecário atuante em BU deve buscar igualmente o desenvolvimento de sua competência digital de forma mais aprofundada, pois trabalha tanto na criação quanto na prestação de serviços com base tecnológica e, além disso, pode exercer funções pedagógicas para uso da informação nesse ambiente.

Por competência digital, entende-se o conjunto que conhecimentos que permite que uma pessoa seja fluente nos processos que envolvem a criação e o uso de ferramentas e produtos digitais, dentre eles a informação (GILSTER, 1997).

Ferrari (2012) definiu a competência digital como sendo

o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes (incluindo habilidades, estratégias, valores e consciência) que são necessárias ao usar TIC e meios digitais para realizar tarefas; resolver problemas; comunicar; gerenciar informações; colaborar; criar e compartilhar conteúdo; e construir conhecimento de forma eficaz, eficiente, adequada, crítica, criativa, autônoma, flexível, ética, reflexiva para o trabalho, lazer, participação, aprendizagem, socialização, consumo e empoderamento. (FERRARI, 2012, p. 43, grifo nosso, tradução nossa).

Segundo a Comissão Europeia (2007),

envolve o uso confiante e crítico da Tecnologia da Sociedade da Informação (*IST*) para o trabalho, lazer e Comunicação. É sustentado pelo básico, habilidades em TIC: o uso de computadores para recuperar, avaliar, armazenar, produzir, apresentar e trocar informações, e para comunicar e participar de redes colaborativas pela Internet. (EUROPEAN COMISSION, 2007, p. 7, tradução nossa).

Além da aquisição de conhecimentos, uma pessoa digitalmente competente deve desenvolver diferentes habilidades e assumir atitudes que envolvem

a capacidade de atender complexo das demandas, aproveitando e mobilizando recursos psicossociais (**incluindo habilidades** e atitudes) em um contexto particular. Por exemplo, a capacidade de se comunicar efetivamente é uma competência que pode se basear no conhecimento de um indivíduo sobre linguagem, habilidades práticas de TI e atitudes em relação aqueles com quem ele ou ela está se comunicando. (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2005, p. 4, tradução nossa, grifo nosso).

A habilidade no ambiente digital faz parte do conjunto que forma a competência digital e é definida por Silva e Behar (2019) como sendo

o gerenciamento de informação, a capacidade de distinguir o virtual do mundo real e ver as conexões entre esses dois domínios, a habilidade para usar os serviços básicos da internet como suporte à criação e à inovação. Em termos de atitudes, tem-se: ser crítico e reflexivo com as informações. (SILVA; BEHAR, 2019, p. 11).

Segundo Dijk e Deursen (2014), as habilidades digitais contemplam outras habilidades: a operacional, a formal, a de informação, a de comunicação, a de criação de conteúdo e de habilidades estratégicas, que representam as capacidades para o acesso por meio de diferentes dispositivos eletrônicos, utilizar ferramentas digitais para acesso, interpretação, uso, criação e comunicação de informações via internet.

Além das habilidades digitais, as questões atitudinais são de extrema importância para que o bibliotecário busque aperfeiçoar seus conhecimentos digitais a fim de exercer um papel relevante na sociedade contemporânea.

Fleury e Fleury (2001, p. 88) destacam algumas dessas competências:

Saber agir: saber o que faz e porque faz; Saber julgar, escolher, decidir; Saber mobilizar recursos: criar sinergia e mobilizar recursos e competências; Saber comunicar: compreender, trabalhar, transmitir informações e conhecimentos; Saber aprender: trabalhar o conhecimento e a experiência, rever modelos mentais, saber desenvolver-se; Saber engajar-se e comprometer-se: saber empreender, assumir riscos, comprometer-se; Saber assumir responsabilidades: ser responsável, assumindo os riscos e consequências de suas ações sendo por isso reconhecido; Ter visão estratégica: conhecer e entender o negócio da organização, seu ambiente, identificando oportunidades e alternativas.

Ao mobilizar-se na direção de adquirir e desenvolver novos conhecimentos e saberes para atuar como facilitador no uso da informação digital de sua comunidade, o bibliotecário será protagonista no

cenário da inclusão digital, a exemplo do que preconiza a American Library Association (ALA) sobre esse profissional no contexto norte-americano, que deve estar na “linha de frente da inclusão digital e dos esforços nacionais para a competência digital” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2013, p. 3).

Mas, para que isso seja possível, o documento da ALA ressalta que “os bibliotecários devem continuar sendo responsáveis pelo seu próprio aprendizado digital, criando uma cultura de aprendizado digital, criando uma cultura de aprendizado entre seus pares”. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2013, p. 14).

Para que essa cultura de aprendizado entre pares seja efetivada, faz-se necessário o entendimento e a conscientização do papel e missão do bibliotecário na sociedade digital. Isso acontece por meio da desconstrução de antigos paradigmas construídos durante o longo período da cultura impressa e da construção de novos paradigmas condizentes com a recente cultura digital.

Para Aquino (2004, p. 11), “a passagem da cultura impressa para a cultura midiática, própria das transformações culturais, substituiu as práticas tradicionais de educar, pensar o ensino e interagir com o conhecimento”. Da mesma maneira, as metamorfoses evidenciadas na transição entre as duas culturas – que compartilham espaços na sociedade atual – estão presentes nas bibliotecas que hoje se apresentam de forma digital, híbrida ou virtual, e exigiram a movimentação dos bibliotecários no sentido de adaptar suas atividades e criar novos perfis de atuação nesse novo contexto.

Esse movimento representa um esforço de migração dos conhecimentos teóricos e práticos do bibliotecário, anteriormente exercidos e desenvolvidos apenas no contexto analógico, para um campo de atuação digital. Essa migração, segundo Lèvy (1993), é fundamental para evitar o processo de “desintermediação”, comprometendo a sobrevivência dos profissionais que não inserissem suas práticas no chamado ciberespaço.

Esse movimento aconteceu de maneira bastante evidente nas BU, especialmente por suas características de atuação junto às áreas de ciência e tecnologia, cujas pesquisas nos ambientes universitários contribuem para sua geração e desenvolvimento. Assim, é notório o surgimento de bibliotecários especializados na gestão de dados científicos, no acompanhamento de projetos de ciência aberta ou na criação de produtos e serviços de base tecnológica para o ensino e pesquisa.

Exemplos de atuação como esses são cada vez mais frequentes nas BU, contudo, são dirigidos a um público já digitalmente incluído. O desafio proposto neste artigo trata de dirigir o olhar do bibliotecário atuante nessas bibliotecas para as pessoas de sua comunidade que ainda necessitam de seu auxílio para o desenvolvimento de conhecimentos básicos no uso de equipamentos de informática e para um melhor desempenho na busca, acesso e uso da informação digital.

Esse olhar, além de essencial para uma atuação relevante na sociedade atual, é extremamente necessário no contexto de democratização do ensino superior no Brasil, que permitiu o acesso de segmentos sociais historicamente excluídos. As BU, por meio de ações de inclusão digital, podem contribuir grandemente para a permanência e sucesso de alunos selecionados por meio de ações afirmativas, assim como de outros membros de sua comunidade que, por motivos diversos, precisam desenvolver suas habilidades digitais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa bibliográfica por meio de levantamento na literatura da área utilizando os termos “competência em informação”, “competência informacional” “competência digital”, “competência em informação e biblioteca universitária”, “habilidade digital”, “habilidade digital e biblioteca universitária”, “inclusão digital”, “exclusão digital”, “biblioteca universitária e inclusão digital”, “habilidade informacional”, em português, com recorte cronológico entre 2005 a 2019.

Os termos foram correlacionados entre si e pesquisados no buscador Google Acadêmico e nas bases de dados: Repositório de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (BENANCIB), base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e em Portais de Bibliotecas Universitárias, bem como a Library Genesis (<http://libgen.li/>) para a pesquisa em livros.

4 PROGRAMAS DE COINFO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DIGITAL EM BU

A competência em informação (CoInfo) teve sua origem na década de 1970, quando o termo foi cunhado pela primeira vez por Paul Zurkowski, nos Estados Unidos da América. O termo surge em um relatório publicado em 1974⁴ que tinha como foco o desenvolvimento de habilidades para o uso da informação eletrônica com vistas à competitividade no mundo do trabalho da época. Percebe-se, desta forma, que a ênfase tecnológica já era parte do próprio conceito em sua gênese.

Ao longo do desenvolvimento da CoInfo estão sempre presentes as questões relativas ao uso de equipamentos e dispositivos eletrônicos como parte das habilidades necessárias para que uma pessoa seja considerada competente em informação. Essa habilidade faz parte do conjunto que compõe a CoInfo e refere-se ao desempenho técnico para busca, acesso, uso e compartilhamento de informações digitais.

⁴ *The information services environment relationships and priorities*. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED100391>



Especificamente em relação ao ambiente universitário, Bruce (1997) relaciona sete ‘faces’ da competência em informação no ensino superior e, a primeira categoria delas trata-se da concepção de informação tecnológica. Segundo a autora, a pessoa competente em informação deve ser capaz de usar recursos tecnológico e hábil para realizar uma ‘varredura’ no ambiente digital atingindo níveis ótimos de busca consciente da informação.

O bibliotecário, portanto, pode lançar mão de projetos de CoInfo visando também à inclusão digital, pois

os bibliotecários têm noção do que se refere à inclusão digital e o que eles podem contribuir para que a exclusão digital seja algo do passado. O incentivo ao treinamento formal é um dos mais importantes itens a ser avaliado e estudado, pois é através dele que o usuário poderá aprender as técnicas eficazes para encontrar a informação desejada. (AUDI, 2010, p. 28).

Dessa forma, esse profissional que atua na organização de programas de competência em informação:

[...] torna-se educador: organiza programas de competência informacional em conjunto com professores e gestores, ministra aulas em diversos espaços, executa projetos informacionais com foco na educação voltada para a competência em informação (*information literacy education*), observa a importância do acolhimento e do aprendizado significativo, aprimora seus conhecimentos educacionais e pedagógicos. (DUDZIAK, 2007, p. 95).

O papel de educador para o uso da informação digital conduz o bibliotecário como um dos atores sociais no combate à exclusão digital. Essa atividade, obviamente, demanda que esse profissional busque atualização de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades que o permitam não apenas interagir com as tecnologias, mas, também, atuar na multiplicação desses saberes e fazeres utilizando-se dos programas de CoInfo nas unidades de informação onde exercem suas atividades.

Para tal, além de desenvolver suas próprias habilidades digitais, o bibliotecário deve adquirir conhecimentos de gestão que possibilitem o sucesso desses programas, conforme aponta Farias *et al.*, (2018, p. 90):

Os bibliotecários necessitam adquirir conhecimentos diversos e se qualificar para agir em áreas determinantes ao desenvolvimento consensual das BUs, onde o planejamento organizacional, financeiro, de outros recursos físicos e humanos estão inseridos. Devem assumir a responsabilidade pela gestão de atividades específicas e complexas, como formação e desenvolvimento de pessoas e coleções; tratamento técnico dos documentos e de recursos de informação de modo geral; **aderir novas tecnologias e a novos métodos que tornem mais fácil o trabalho e acesso à**

informação; impulsionar ações que objetivem a educação e formação de habilidades de uso dos recursos informacionais (grifo nosso).

Belluzzo e Feres (2006) entendem a relevância da chamada alfabetização digital e sua importância para o programa em competência em informação, que deve levar em conta um:

[...] conjunto integrado de habilidades (estratégia de investigação, avaliação) e de conhecimento (técnicas e de recursos); distinta do letramento e da alfabetização digital, porém relevantes para ambas; não é uma simples busca de informação ou o simples conhecimento de fontes; envolve atitudes pessoais (éticas, de legalidade, perseverança, observação, percepção) requer tempo e dedicação intensivos e é uma atividade de resolução de problemas, voltada à satisfação de necessidades dos usuários. (BELLUZZO; FERES, 2006, não paginado).

Uribe Tirado (2014, p. 11) aponta a necessidade de considerar a competência digital como um dos setenta e cinco aprendizados relativos aos programas de CoInfo no ambiente universitário, sendo assim deve-se:

Relacionar e valorizar previamente e complementarmente os níveis de outras competências relacionados à ALFIN/CoInfo (alfabetização funcional, digital, em mídias; conhecimento de outros idiomas), visando identificar as potencialidades reais dos participantes em adquirir competência em informação e diferenciá-las e relacioná-las às competências que implicam em outras alfabetizações (multialfabetismo).

O estabelecimento de parcerias se apresenta como um caminho interessante para a inclusão digital nas BU, com isso, outros setores da universidade e profissionais do ambiente acadêmico como professores e assistentes da biblioteca podem contribuir para a criação e execução de um programa. Salienta-se aqui a importância da criação de parcerias a fim que todos os objetivos propostos sejam alcançados.

Bragante (2016, p. 34) afirma que “é indispensável que os programas de competência de informação priorizem parcerias com a comunidade universitária para alcance dos seus objetivos” e cita Dudziak (2005) quando ressalta a relevância de, além de estabelecer parcerias, conseguir o apoio da alta administração para o desenvolvimento dos programas de CoInfo.

Trabalhando em conjunto e buscando novos conhecimentos, os bibliotecários poderão criar estratégias que envolvam as pessoas de seu contexto social em relação ao uso das tecnologias, necessitando incluir para isso:

1. Provisão do acesso democrático a toda informação publicada;
2. Oferta de oportunidade de aprendizagem constante;
3. Assegurar que os cidadãos possam lidar com computadores e terem acesso aos sistemas que eles precisam;
4. “Animar”

a informação para chegar ao indivíduo e conectá-lo à rede; 5. Analisar a informação, inferindo destas novas informações e conhecimento. (TARAPANOFF, SUAIDEN, OLIVEIRA, 2002, p. 2).

O bibliotecário, enquanto coordenador de um programa de CoInfo,

deve estar constantemente atualizado mediante o desenvolvimento e o compartilhamento de Conhecimentos, de Habilidades e de Atitudes que permitam a formação de usuários competentes em informação. Nesse prisma, trata-se de um sujeito articulador que exerce as suas ações de forma conjunta com os demais profissionais do setor educacional, principalmente com o corpo docente das instituições acadêmicas. É preciso que esse profissional da informação conheça os meios para encontrar, de modo eficiente e eficaz, as informações relevantes para as áreas do conhecimento pertencentes à estrutura universitária (SANTOS, 2017, p. 83).

A literatura da área no Brasil faz menção a programas de CoInfo realizados em BU, algumas delas abaixo destacadas:

- Rosseto, Uliana e Belluzo (2015) mencionam um estudo de Uribe Tirado realizado em 2012 no qual identifica 33 bibliotecas universitárias brasileiras que apresentavam atividades de CoInfo de níveis 1 e 2⁵, o que pressupõe o desenvolvimento de programas e cursos de desenvolvimento de competências em informação que incluem conteúdos instrumentais (ROSSETO; ULIANA; BELLUZZO, 2015, p.7).
- Farias *et al.*, (2018) realizaram levantamento em trabalhos apresentados no Seminário Brasileiro de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e identificaram 35 artigos relacionados à CoInfo. Dentre os temas citados pelas autoras encontra-se o assunto “cidadania e inclusão digital” (p. 95)
- Bragante (2016) apresenta pesquisa na qual identificou oito sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras que possuíam programas de CoInfo, nos quais a parceria com docentes, coordenações e diferentes setores das universidades se apresentou como uma constante.
- Almeida (2015) discute a parceria entre as BU e docentes de cursos de graduação e pós-graduação no sentido de desenvolver habilidades para o uso de recursos digitais como apoio à pesquisa a partir da Biblioteca Setorial de Enfermagem e Nutrição (BSEN), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

⁵ O autor categorizou 4 níveis de comprometimento de bibliotecas com a competência em informação, a saber: 1. Comprometidas, 2. Em crescimento, 3. Iniciando e 4. Desconhecedoras.



- Ramos (2012, p. 232) conclui em sua pesquisa que “cabe ao bibliotecário, à biblioteca e aos educadores promover a renovação do projeto educacional, tornando-se agentes de mudança, a partir da implementação de programas voltados para a *Information Literacy* e suas práticas pedagógicas, alicerçadas num trabalho cooperativo e transdisciplinar, fazendo com que o aprendiz desenvolva uma visão global de sua formação acadêmica, aceitando como uma continuidade de sua vida pessoal”.

Esses poucos exemplos reafirmam a importância do desenvolvimento de programas de CoInfo em BU, destacando o papel essencial do estabelecimento de parcerias. Ressaltam igualmente a necessidade de atuar como mediadores e facilitadores para o aprendizado digital, sem o qual o cotidiano da vida acadêmica torna-se praticamente impossível. Somando-se a esses argumentos a demanda de inclusão digital de parte da comunidade universitária, conclui-se que a criação de programas de CoInfo em bibliotecas universitárias, cuja ênfase recaia na aquisição de conhecimentos e habilidades digitais, talvez se trate de um tema que merece uma maior atenção por parte de seus gestores nos dias atuais.

5 CONCLUSÃO

O fato de muitas pessoas estarem de posse de um dispositivo celular conectado à Internet não significa que a exclusão digital seja algo já ultrapassado, vencido. Os esforços em relação à inclusão na Sociedade digital ainda são necessários, como visto, até mesmo no ambiente universitário.

A biblioteca universitária constitui-se como um locus de aprendizado para essa inserção e os bibliotecários nelas atuantes precisam estar atentos para esse fato.

Por meio da elaboração e oferta de programas de CoInfo, é possível facilitar não apenas o acesso à informação digital como o desenvolvimento de habilidades que permitam à comunidade acadêmica adquirir conhecimentos para o uso de dispositivos eletrônicos que representem portas abertas para uma vida de trabalho e estudos mais bem sucedida.

Nesse movimento, estabelecer parcerias parece ser uma estratégia capaz de envolver diferentes atores do contexto universitário que, se por um lado fortalece a rede de relacionamentos que as BU possuem nesse ambiente, por outro lado pode garantir um alcance mais amplo com resultados mais eficientes para todos os envolvidos.

As reflexões aqui levantadas têm como objetivo despertar a atenção dos profissionais atuantes nas BU em relação a um público que, normalmente, não compõe a ênfase da maioria de seus produtos e serviços. No entanto, ele existe, suas demandas são reais e podem ser atendidas pelas BU. Espera-se que as

poucas linhas deste artigo possam dar início a esse debate e que novos estudos e atividades práticas surjam a partir delas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de. Competência em informação: práticas parceiras com docentes. In: II ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (II EPIM), 2., 2015, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp, 2015. [p. 1-11]. Disponível em:

<http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/viewFile/15/44>. Acesso em: 10 set. 2020.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **ALA task force releases digital literacy recommendations**. 2013. Disponível em: <http://www.ala.org/news/press-releases/2013/06/ala-task-force-releases-digital-literacy-recommendations>. Acesso em: 09 set. 2020.

AQUINO, M. de A. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambientes de informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 7-14, ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a01v33n2.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

AUDI, L. de A. **Inclusão digital**: estudo das habilidades e competências necessárias aos bibliotecários que atuam nas universidades públicas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. 30f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. O projeto investigativo e a fluência científica e tecnológica na sociedade da informação (information literacy): uma questão de educação na biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006. Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5522>. Acesso em: 06 set. 2020.

BERTOLI, B. Aulas pela internet expõem exclusão digital de alunos da rede pública de Blumenau. **NSC total**. Blumenau, 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/aulas-pela-internet-expoem-exclusao-digital-de-alunos-da-rede-publica-de-blumenau>. Acesso em: 08 set. 2020.

BRAGANTE, D. de L. **Competência em informação em bibliotecas universitárias federais brasileiras**: recomendações para a construção de programas. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia). 2016. 121f. Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. . Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/dempsey-de-lima-bragante>. Acesso em: 05 set. 2020.



BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. **Profissionais da Informação**. 2014. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 04 set. 2020.

BRUCE, C. S. *Seven faces of information literacy*. Auslib Press, Austrália, 1997.

CARVALHO, A. G. de; AMÉRICO, M.T. Inclusão e cidadania digital no Brasil: a (des) articulação das políticas públicas. **Revista redes.com**, n. 9, 2014, p. 69-84.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Painel TIC Covid-19 pesquisa sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo Coronavírus**. 2020, 28p. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20200817133735/painel_tic_covid19_1edicao_livro%20eletr%C3%B4nico.pdf. Acesso em; 06 set.2020.

CUNHA, M.B. da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, dez. 2010.

DIJK, J. A. G. M. V; DEURSEN, A. J. A. M. V. **Digital skills: unlocking the information society**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

DUDZIAK, E. A. Competência em Informação: melhores práticas educacionais voltadas para a Information Literacy. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: FEBAB, 2005.

DUDZIAK, E. A. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Inclusão Social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>. Acesso em: 10 set. 2020.

EUROPEAN COMMISSION. **Developing key competences for all throughout life**. 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/education/sites/education/files/document-library-docs/factsheet-key-competences-lifelong-learning_en.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

FARIAS, G. B de. et. al,. Análise sobre as práticas da competência em informação nas bibliotecas universitárias. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v.4, n. 1, p. 89-97, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53095>. Acesso em: 06 set. 2020.

FERRARI, A. **Digital competence in practice: an analysis of Frameworks**. Sevilla: European Commission Joint Research Centre, Institute for Prospective Technological Studies, 2012. 95p.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, n. 5, Edição Especial 2001. 183-196.

GILSTER, P. **Digital literacy**. New York: Wiley, 1997.

GOULART, D. **Inclusão Digital na Terceira Idade**. A virtualidade como objeto e reencantamento da aprendizagem. Porto Alegre, 2007. p. 118.

JEZINE, E. M. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Edições 34, 1993.

NICO, B. **Práticas educativas e aprendizagens formais e informais: encontros entre cidade, escola e formação de professores**. In: BRAGANÇA, Inês *et al* (Orgs.). *Vozes da Educação: memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis: DP et alii Editora, 2008. p. 197-206.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). The OECD Program Definition and Selection of Competencies. **The definition and selection of key competencies**. Executive summary, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/47/61/35070367.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

RAMOS, M.C.L. **Diretrizes para produção do conhecimento em bibliotecas universitárias**. 2012. 289f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis, 2012.
Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100781/314274.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2020.

ROSETTO, M.; ULIANA, D. E.; BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação (CoInFo) sob a ótica do ambiente acadêmico: análise prospectiva em relação à gestão da informação para a construção do conhecimento científico. In: IV SEMINÁRIO HISPANO BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE, 4., 2015, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp, 2015. p. 1-15. Disponível em: <https://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2018/07/marilia-iv-seminario-hispanico-brasileiro-junho-2015-trabalho-competencia-em-informacao-site-dez-2015.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

SANTOS, J. O.; BARREIRA, M. I. de J. S. Competência em informação: o bibliotecário e o processo de definição das necessidades informacionais. **Biblios Revista de bibliotecología y Ciencias de la información** (online) n. 74, 2019, p. 43-60. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/387/358>. Acesso em: 06 set. 2020.



SANTOS, R. B. **Perfil do bibliotecário universitário: uma abordagem contemporânea sob a ótica das iniciativas formadoras de Competência em Informação (CoInfo)**. 2017. 239f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, 2017.

SILVA, H. *et al.* Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ci. Inf., Brasília**, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

SILVA, K. K. A. da; BEHAR, P. A. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, 2019, 32 p.

SOUTO, C. F. Biblioteca universitária: sua função social enquanto lugar de memória. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, Manaus, 2016. **Anais [...]**. Manaus, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/anaisnibu/article/view/3200> . Acesso em: 02 set. 2020.

TARAPANOFF, K., SUAIDEN, E., OLIVEIRA, C. L. Funções Sociais e Oportunidades para Profissionais da Informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** - v.3 n.5 out/02.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. La UNESCO e la sociedad de la informacion para todos. 1996. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000108540_spa. Acesso em 10 dez. 2020.

URIBE TIRANO, A. 75 lições aprendidas de programas de competência em informação em universidades da Ibero-America: 2009-2013. **REBECIN**, v.1, n.2, p.4-18, jul./dez. 2014. Disponível em: http://200.24.17.10/bitstream/10495/3466/1/UribeTiradoA_2014_75leccionesaprendidasportugu%C3%A9s.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

THE ROLE OF LIBRARIANS IN THE DEVELOPMENT OF DIGITAL SKILLS AND INCLUSION IN UNIVERSITY LIBRARIES

Abstract: Literature review that discusses the role of librarians in coordinating CoInfo programs in university libraries (BU), with a focus on developing digital skills for the digital inclusion of the academic community. It reflects on the possibility of institutional partnerships for the elaboration and application of these programs and points out the need for the development of the librarian's digital literacy and the establishment of a digital culture among them. It concludes that digital inclusion is an existing demand in universities that librarians should be aware of and that CoInfo programs developed in partnership are a valuable instrument to achieve good results.

Keywords: CoInfo. Librarians and CoInfo programs. Digital skills and inclusion in university libraries.

